



Data:12/set/2013, 14h38min

## Especialistas debatem em Porto Alegre lei uruguaia sobre a maconha

Curtir

369

Tweetar

15

1

Enviar



([http://i2.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-\\_oaf2916.jpg](http://i2.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-_oaf2916.jpg))

Debate sobre a lei uruguaia a respeito da maconha lotou o plenário Ana Terra da Câmara de Porto Alegre | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

maconha pelo menos uma vez ao mês; 1,9% utilizava a substância seis vezes ao mês; e 1,2% consumia pelo menos 20 cigarros de maconha por mês.

Os dados indicam um total de cerca de 600 mil gaúchos como usuários regulares de maconha em 2011. Tendo como referência o peso de 3 gramas para um cigarro de cannabis e o valor de R\$ 3,00 para o produto, esse consumo representa 102 toneladas da substância e movimentou R\$ 310 milhões no ano de 2011 no estado.

**“A ideia é eliminar o tráfico”, diz sociólogo uruguaio**

### Samir Oliveira

Especialistas e ativistas discutiram, na noite desta quarta-feira (11), a lei uruguaia que propõe a legalização da produção e do consumo de maconha no país. O debate ocorreu no plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre e contou com a presença do especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos Marcos Rolim; do integrante da ONG Viva Rio Tião Santos; do advogado e especialista em Criminologia Salo de Carvalho; e dos vereadores Fernanda Melchionna (PSOL) e Alberto Kopitke (PT) — proponente do painel. O sociólogo uruguaio e integrante do movimento Regulação Responsável Diego Peres participou por meio de uma videoconferência. E o secretário estadual de Segurança Pública, Airton Michels, estava presente no espaço reservado ao público.

A condução dos trabalhos ficou por conta do vereador Kopitke, que, na abertura do evento, forneceu alguns dados colhidos em pesquisas do IBGE e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID). De acordo com essas informações, em 2011 o Rio Grande do Sul tinha 7 milhões de habitantes na faixa etária entre 14 e 60 anos. Desse montante, 5,5% fumava

O sociólogo uruguaio Diego Peres é integrante do movimento Regulação Responsável, que une diversas entidades e personalidades da sociedade civil em torno da defesa da regulamentação da maconha. O movimento apoia a lei enviada pelo presidente José Mujica em junho de 2012 ao Congresso Nacional. A medida estabelece que a produção e a distribuição de cannabis serão regulamentadas pelo Estado uruguaio.

O projeto estabelece quatro vias legais de acesso à maconha: mediante receita médica; mediante cultivo pessoal, com o limite de seis plantas por cidadão; mediante a criação de clubes de cultivo coletivo; e através da compra em estabelecimentos específicos, como farmácias.

Diego explicou que, no Uruguai, a sociedade “sempre esteve mais aberta a discutir esse tema”. O consumo de drogas nunca foi proibido no país, entretanto ele frisa que “isso não significa que os usuários não sejam perseguidos e criminalizados”. Ele informa que, entre 2003 e 2009, 43% das operações policiais no país envolvendo maconha diziam respeito a detenções de usuários que possuíam menos de 10 gramas da substância.

“Muitos consumidores não têm como demonstrar que a posse é para uso pessoal. E não existem critérios que digam qual a quantidade permitida para uso pessoal”, observa.

Diego conta que, em 2012, uma senhora de 65 anos de idade foi presa por cultivar cannabis em sua residência, nos arredores de Montevideú. “A opinião pública se deu conta de que essa pessoa não representava uma ameaça à sociedade, de que não fazia sentido mantê-la presa”, comenta.

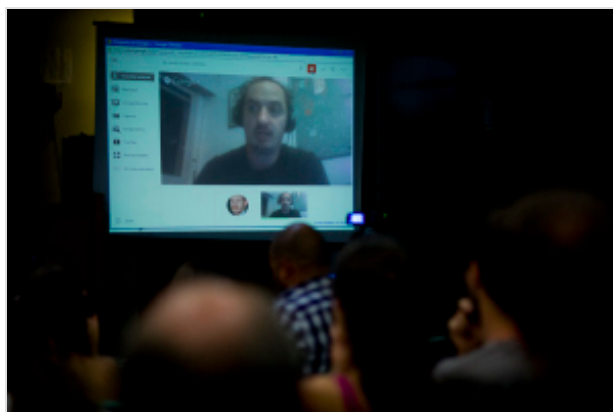
O sociólogo entende que o objetivo da regulamentação da maconha é atingir o narcotráfico no país. “A ideia é eliminar o tráfico, que é a única via de acesso atualmente. Não fazemos apologia ao uso da maconha. O que interessa é que seu acesso seja por vias legais e que a qualidade da substância seja fiscalizada. Não interessa se as pessoas consumirão mais ou menos”, resume.

### “A história vai rir da gente”, diz advogado

Especialista em Criminologia, Salvo de Carvalho defendeu em sua dissertação de Mestrado, em 1996, a legalização da maconha. Ele iniciou sua fala afirmando que este debate é “imprescindível e necessário”. “Pode parecer absolutamente impensável discutir, em 2013, se o Estado deve ou não proibir pessoas adultas de consumirem determinadas substâncias. A história vai rir da gente”, disse.

O advogado criticou duramente a lei de drogas brasileira. Para ele, a medida possui instrumentos que criminalizam o usuário de drogas e conferem muito poder à polícia – que decide, baseada no que ele chama de “meta-critérios”, se o indivíduo apreendido com determinada quantidade de maconha é consumidor ou traficante.

O artigo 28 da lei 11.343/06, por exemplo, estabelece penas alternativas para “quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal” qualquer tipo de droga ilegal. Entretanto, a maioria dos casos em que pessoas são flagradas com uma quantidade pequena de maconha, são enquadradas no artigo 33 da lei. Esse artigo determina pena de cinco a 15 anos – em regime fechado — para quem “importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas (*ilegais*), ainda que gratuitamente”.



([http://i0.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wcontent/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-\\_oaf2892.jpg](http://i0.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wcontent/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-_oaf2892.jpg))

Sociólogo uruguaio Diego Peres integra movimento Regulação Responsável | Foto: Ramiro Furquim/Sul21



([http://i1.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-\\_oaf2937.jpg](http://i1.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-_oaf2937.jpg))

Salo de Carvalho critica legislação vigente sobre drogas no Brasil | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

Salo de Carvalho explica que, quem faz a diferenciação entre enquadrar o usuário no artigo 28 ou no artigo 33 é, inicialmente, o policial que o apreende. “De acordo com essa lei, fornecer, ainda que gratuitamente, drogas, tem a mesma pena de quem importa ou exporta. Quem define se a quantidade e a conduta são para uso pessoal ou não? É um cheque em branco para a polícia, que, através de suas meta-regras de interpretação, definirá em que artigo enquadrar os sujeitos. Tentem dimensionar o efeito disso na nossa política de segurança pública”, reflete.

Em seguida, o advogado disse que, dos 5 mil presos no presídios Central, 2,5 mil estão lá por imputação do artigo 33 da lei 11.343. Na penitenciária feminina Madre Pelletier, esse artigo corresponde a 60% das detentas. “Vocês acham que são grandes barões do tráfico que estão nos presídios? Todos sabemos qual é o perfil de quem está preso”, lamenta.

#### **“Debate foi sequestrado no Brasil”, critica Marcos Rolim**

Ex-deputado e especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos, Marcos Rolim acredita que o debate sobre a regulamentação da maconha no Brasil foi “sequestrado pelo discurso criminal”. Para ele, “a discussão jamais poderia ser objeto exclusivo desse discurso e jamais poderia ter se afastado dos discursos da saúde, dos direitos civis e das liberdades individuais”.

Rolim não poupou críticas ao projeto de lei do deputado federal Osmar Terra (PMDB), que prevê penas ainda mais duras para usuários e pequenos traficantes de drogas. “Não há como sustentar uma política pública com base em uma lei tão estúpida”, disse. O projeto já foi aprovado pela Câmara e está tramitando no Senado.



([http://i2.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-\\_oaf2957.jpg](http://i2.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-_oaf2957.jpg))

Marcos Rolim: “São jovens e negros que estão morrendo” | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

O especialista observa que o fracasso da política de guerra às drogas resulta na transformação diária de milhares de usuários presos em novos traficantes. “Enquanto prendemos milhares de usuários e de pequenos traficantes, estamos agenciando condições de formação do crime. A prisão de pessoas com este perfil é um dos principais fatores organizadores do crime. Não há opção em um presídio a não ser se integrar a uma facção criminal. Estamos estimulando o crime todos os dias. Não dá mais para continuar nessa história”, entende.

Marcos Rolim ressalta que a opinião comum de que “as drogas são um problema porque matam” não corresponde à realidade. “Os indicadores de morte no Brasil, incluindo aqueles pelo uso de crack, que é a droga mais destrutiva e perigosa, apresentam um número pequeno (*de óbitos por causa de drogas*). Quem está morrendo em crimes associados a drogas no país não são usuários, são traficantes e policiais, em uma guerra civil não declarada que corre pelas periferias. São jovens e negros que estão morrendo. O tráfico é um produto do proibicionismo”, afirma.

### **Governo ajudou a aprovar projeto do Osmar Terra, critica Tião Santos**

Integrante da ONG Viva Rio, Tião Santos falou sobre a campanha desenvolvida pela entidade, em parceria com a Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia. A proposta da organização é descriminalizar o uso da maconha. A ONG entende que o país ainda não está preparado para a legalização da cannabis.



[http://i0.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-\\_oaf3003.jpg](http://i0.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-_oaf3003.jpg)

Tião Santos critica apoio do governo federal ao projeto de Osmar Terra | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

Tião Santos, que é filiado ao PT, não poupou críticas ao governo federal. De acordo com o ativista, o Palácio do Planalto, através da atuação da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), atuou no sentido de facilitar a aprovação do projeto de lei do deputado federal Osmar Terra sobre as drogas. “Ele resgatou um projeto de 2010 e fez um acordo com a base governista para que voltasse a tramitar. A ministra Gleisi endossou a medida, que foi aprovada por todos os partidos, tendo somente a abstenção do PSOL”, lamenta.

Tião ainda espera que o projeto possa ser barrado ou sofrer modificações no Senado. Ele assegura que estão sendo feitas tratativas com os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para que sejam aprovadas emendas ao texto.

**“Não é legalizando que iremos corrigir inconsistências da lei”, diz professora da UFCSPA**

Professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e coordenadora do projeto de teleatendimento em saúde Viva Voz, Helena Barros apresentou os

dados que chegam até o sistema a respeito de usuários de drogas. Ela alertou para os riscos de os consumidores se tornarem dependentes químicos. De acordo com as informações que ela mostrou, de 90% da população que fuma cigarro de tabaco, 10% desenvolvem dependência. Esse índice oscila entre 0,5% e 1% entre os usuários de cannabis.

Ela afirmou que o risco da legalização da maconha é o de a substância passar a ser consumida com mais intensidade pela população mais jovem. “Quando nossos jovens percebem a mensagem de que a maconha é segura, porque é legal, começarão a utilizar a substância ainda na adolescência. Estudos mostram que ela aumenta o risco de esquizofrenia, diminui os anos de estudos, aumenta casos de surto psicótico, aumenta o risco de depressão e suicídio e, em 30 a 40 anos de uso, o risco de desenvolver câncer de pulmão é semelhante ao do uso do tabaco”, informa.

Helena Barros acredita que a legalização da substância não é a saída para o problema da guerra às drogas. “Temos que pensar muito bem sobre a palavra legalização. Sou favorável à descriminalização do uso. Não faz sentido criminalizar o usuário. Mas não é legalizando que iremos corrigir as inconsistências da lei”, defende.

## Um comentário para “Especialistas debatem em Porto Alegre lei uruguaia sobre a maconha”



FRANK TAttoo disse:

16 de setembro de 2013 às 16:15

(<http://www.sul21.com.br/jornal/todas-as-noticias/geral/especialistas-debatem-em-porto-alegre-lei-uruguaia-sobre-a-maconha/#comment-196861>)

c/respeito a prof.Helena Barros,discordando da ideia de que legalizar fara novos usuarios ou o uso mais frequente.Acredito que diminuiria o uso de tabaco/alcool,pois muitos usuarios de cannabis (maconha) fumam cigarros ou bebem pelo simples fato de NÃO poderem fumar SOCIALMENTE. Ela não deve saber que o remedio mais eficaz p/esclerose multipla é SATIVEX,extraido da cannabis sativa.Ou que é o melhor estimulante p/o apetite,o melhor sonifero natural e ainda por cima DÁ BARATO!! A Cannabis legalizada se abiriam centenas de novas oportunidades comerciais licitas,como confirmam estados norte americanos c/a legalidade da mesma.CONFIRAM NO YOU TUBE,MARIJUANA CALIFORNIA,COLORADO BUSINES MARIJUANA!! SAIBA MAIS ,QUEBRANDO TABUS E CORTINA DE FUMAÇA documentarios brasileiros sobre maconha!! NÃO DEIXE DE VER,MUDE SEUS CONCEITOS



([http://i1.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-\\_oaf2984.jpg](http://i1.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/content/uploads/2013/09/20130911por-ramiro-furquim-_oaf2984.jpg))

Helena Barros apresentou dados da área da saúde a respeito da dependência química | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

### Comentar

Nome (required)

E-mail (required)

Website